

CAPÍTULO

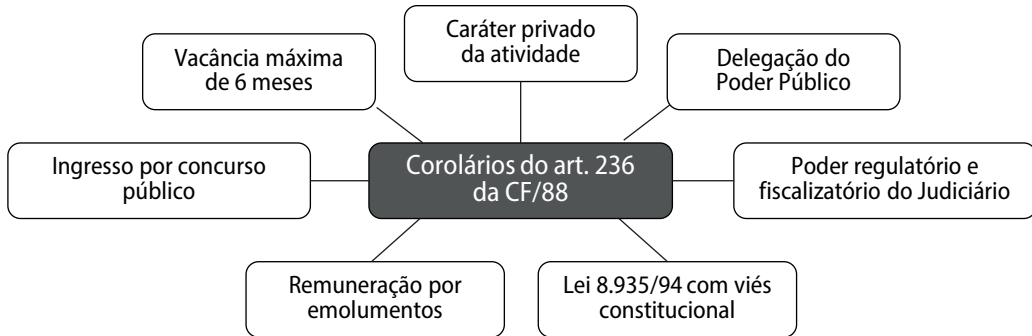
I

TEORIA GERAL DA ATIVIDADE

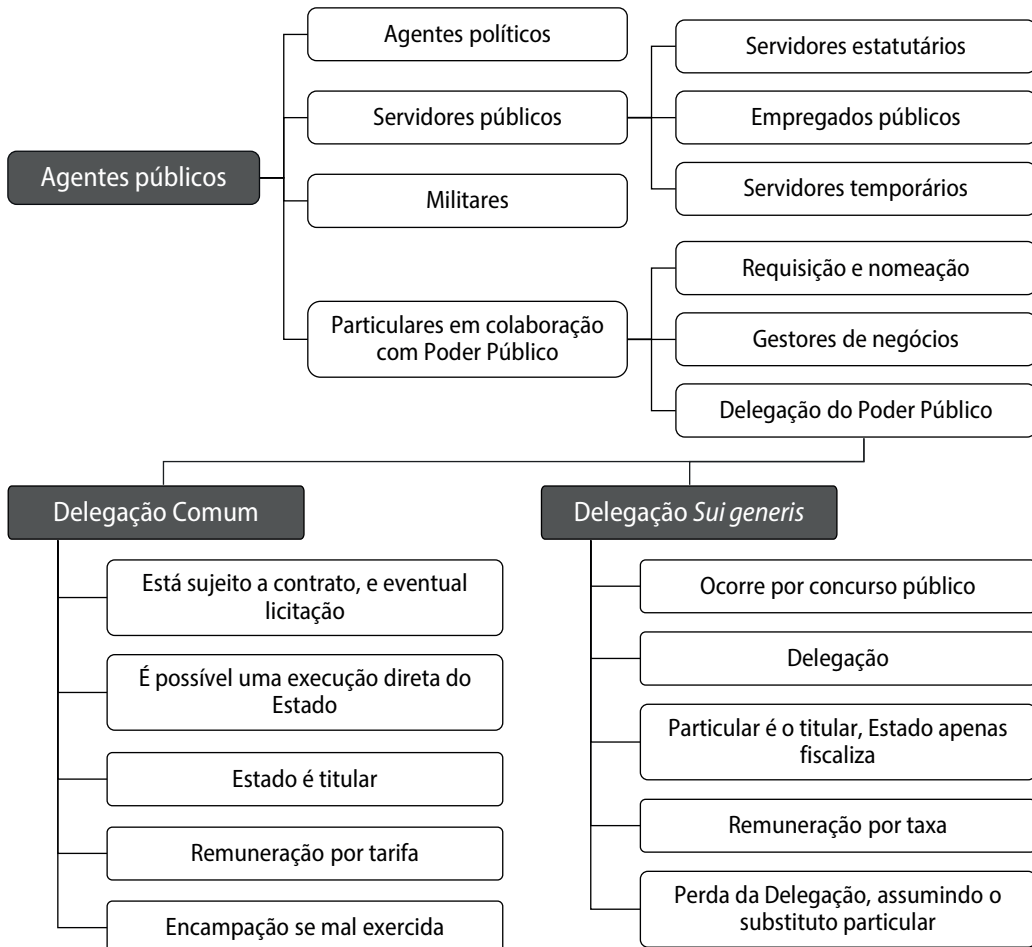
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL EM MAPAS

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

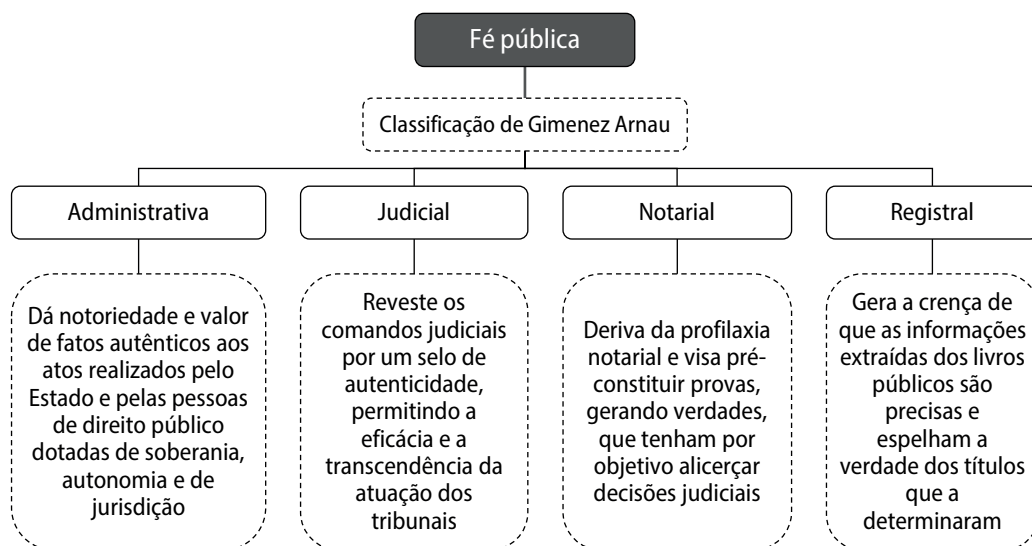
1.1. Visão constitucional



1.2. Regime de Delegação



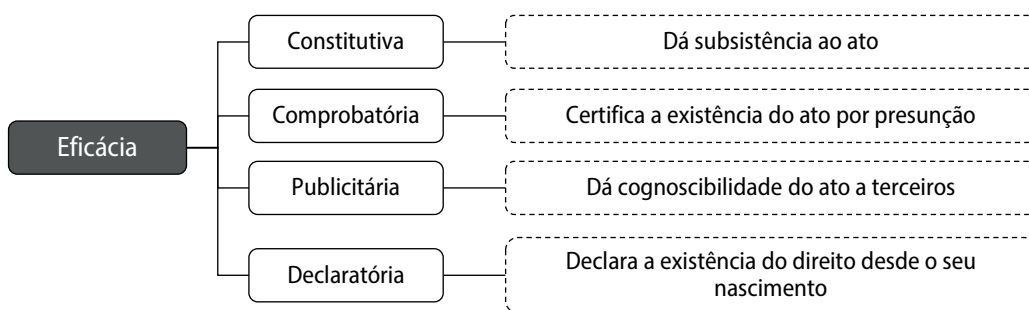
1.3. Fé pública



1.4. Publicidade



1.5. Eficácia



CAPÍTULO

III

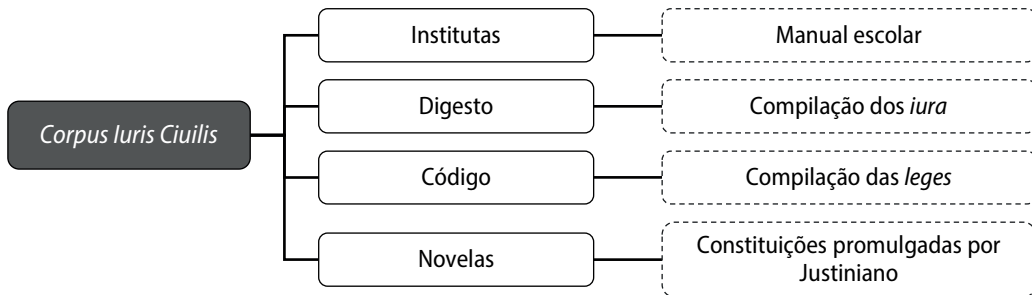
TABELIONATO DE NOTAS

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL EM MAPAS

1. INSTITUIÇÃO NOTARIAL

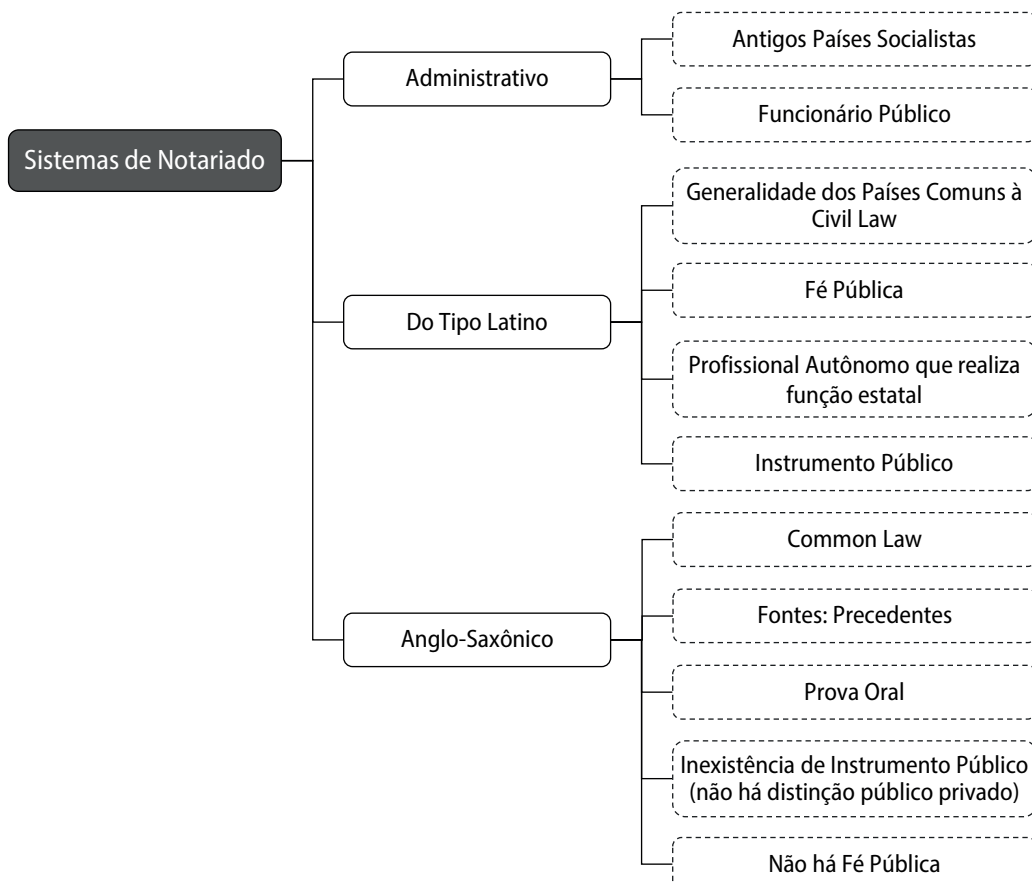
1.1. Histórico

1.1.1. A Compilação de Justiniano

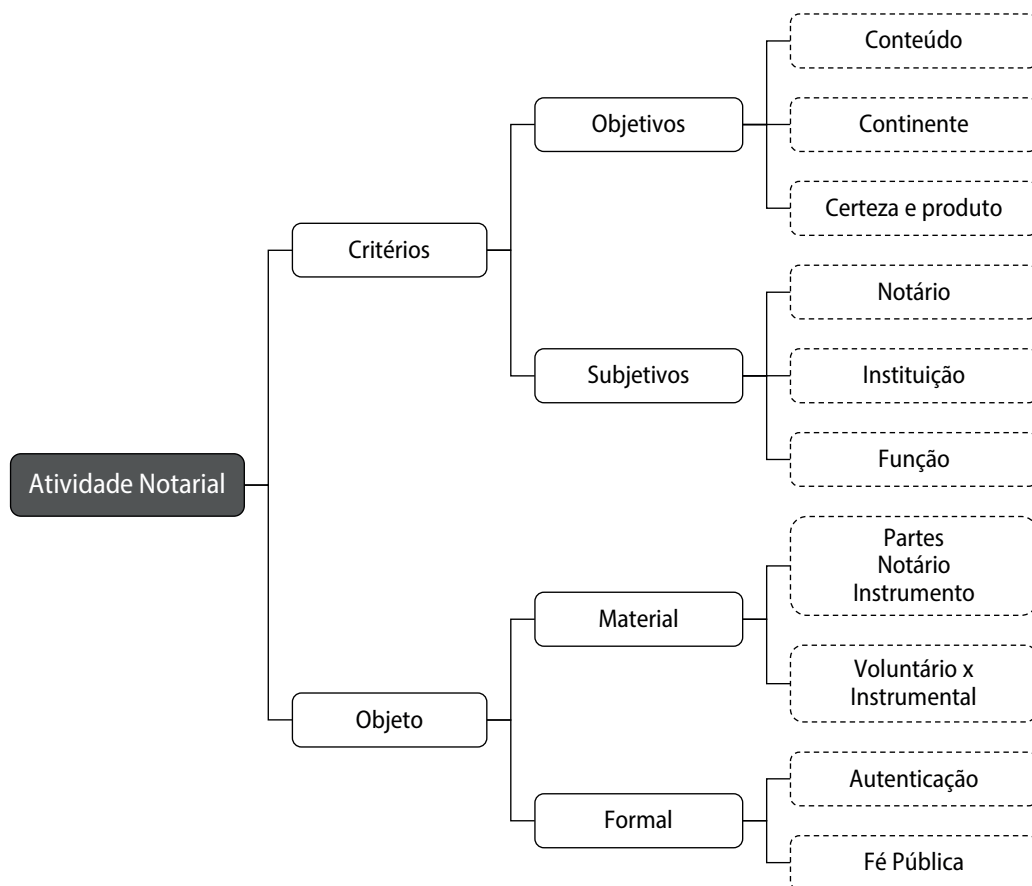


NOTAS

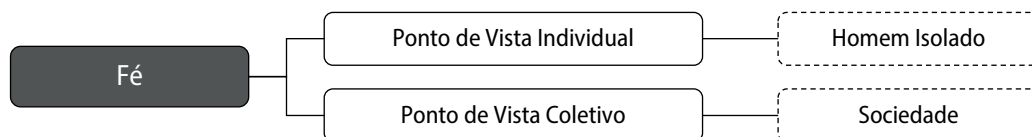
1.1.2. Sistemas de Notariado



1.2. Visão geral



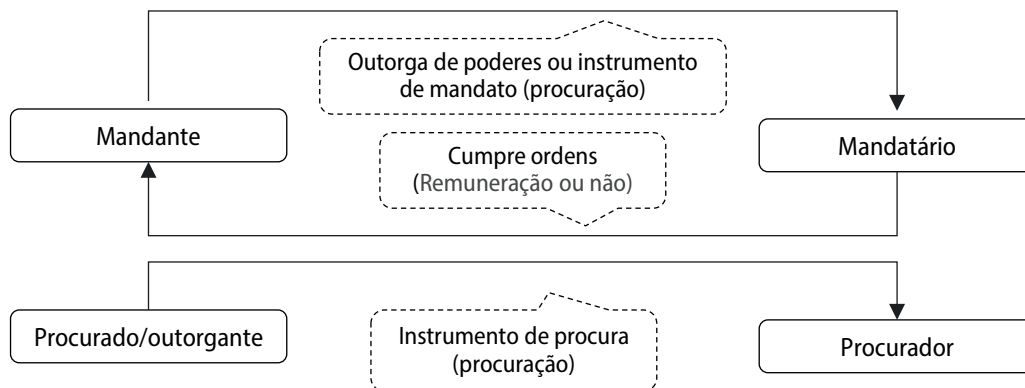
1.3. A Fé Notarial



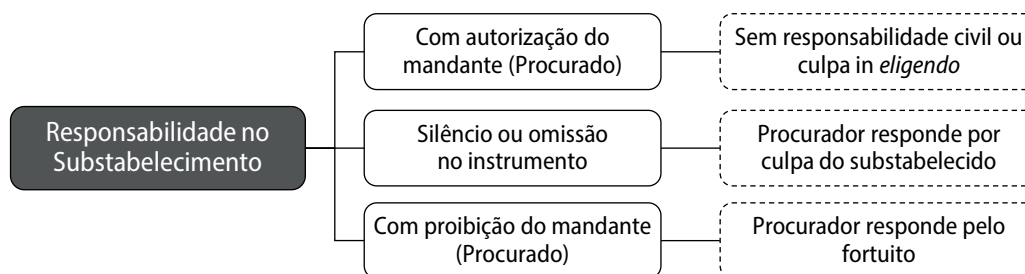
6.2.2. Espécies



6.2.3. Procuração



6.3. Substabelecimento



CAPÍTULO

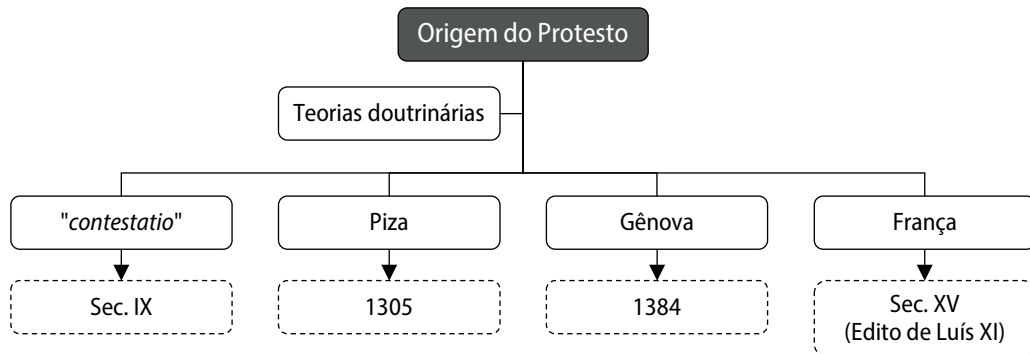
III

TABELIONATO DE PROTESTO

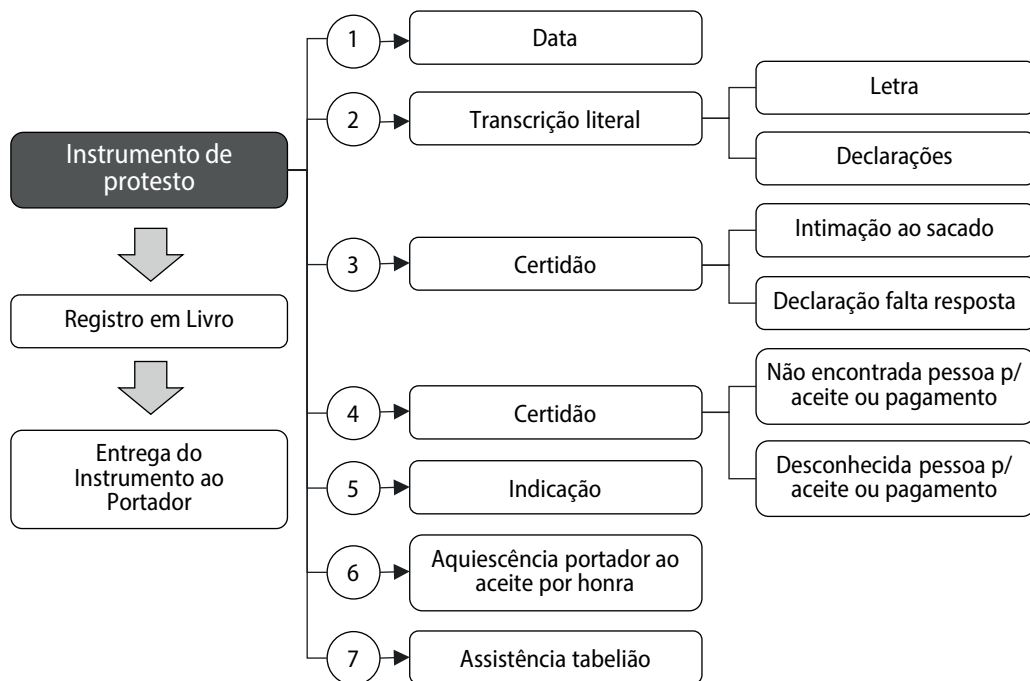
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL EM MAPAS

1. PROTESTO NOTARIAL

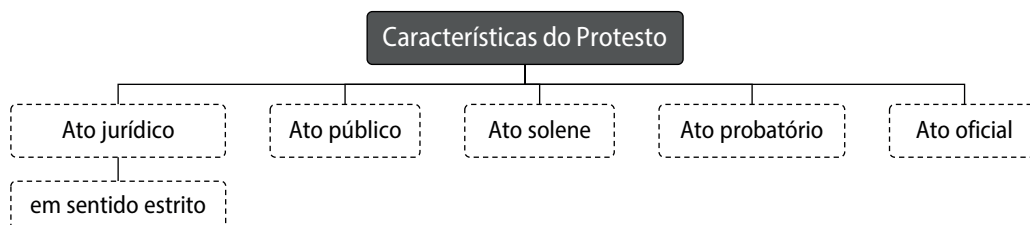
1.1. Origem histórica



1.2. Instrumento de protesto



1.3. Características



CAPÍTULO

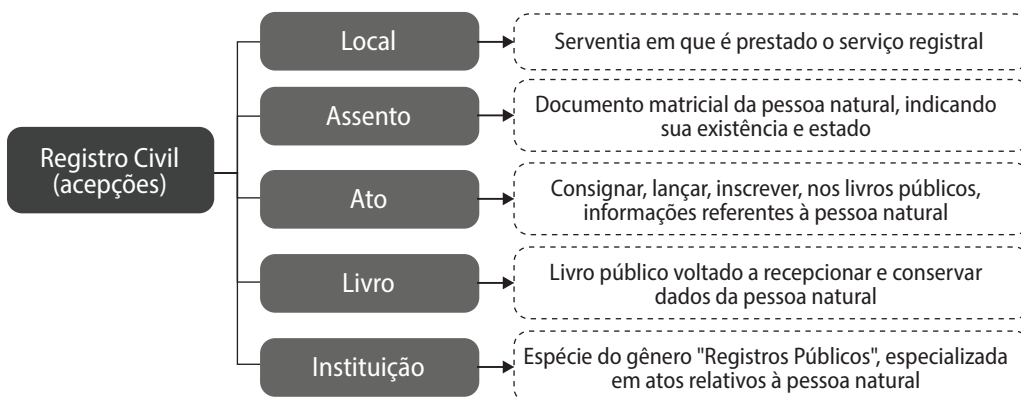
IV

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

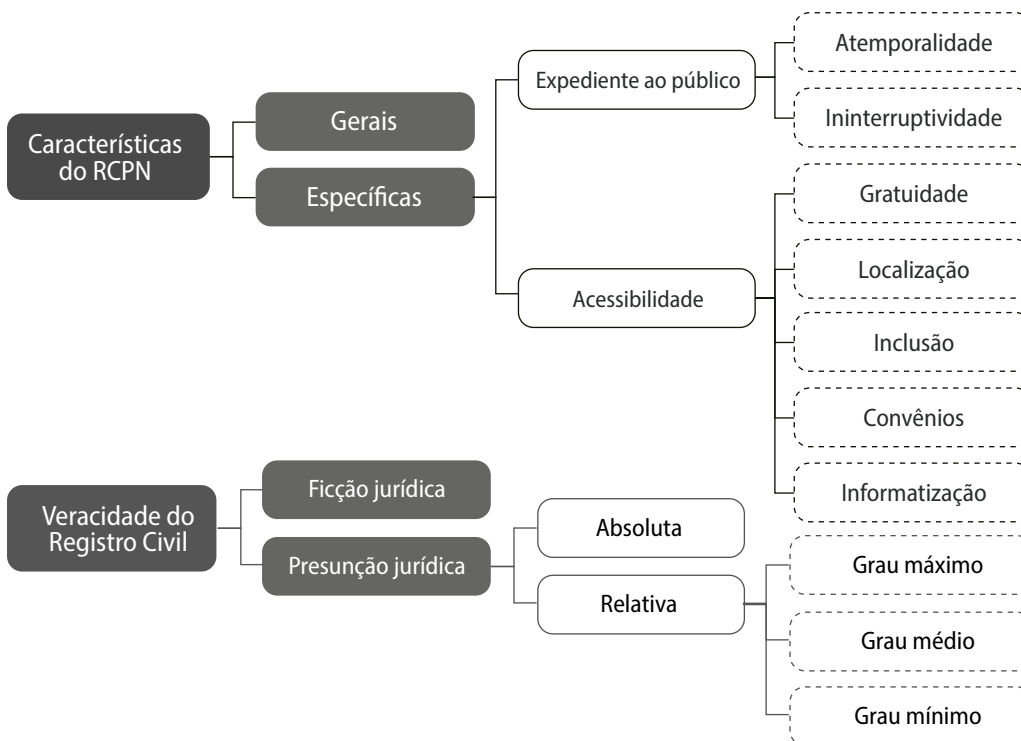
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL EM MAPAS

1. TEORIA GERAL DO REGISTRO CIVIL

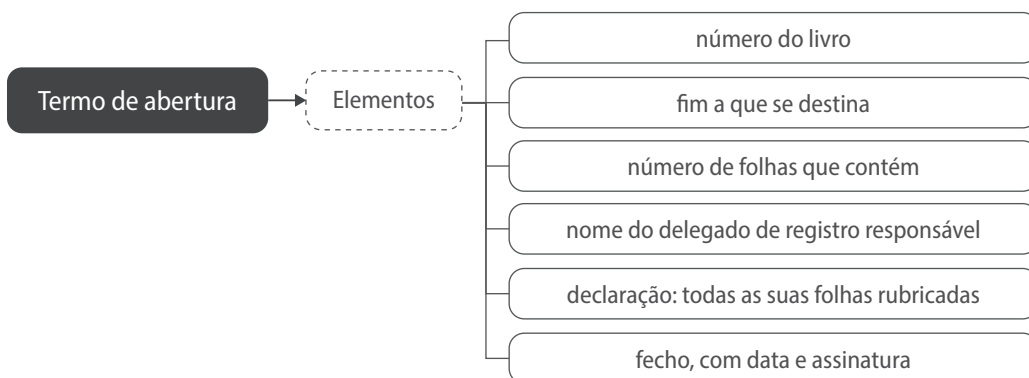
1.1. Conceito



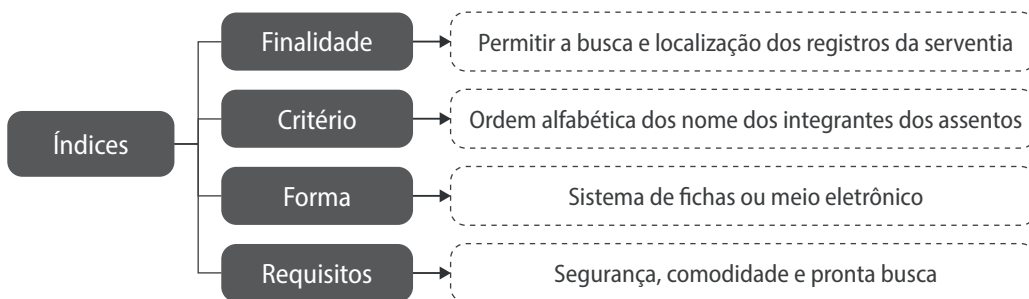
1.2. Características



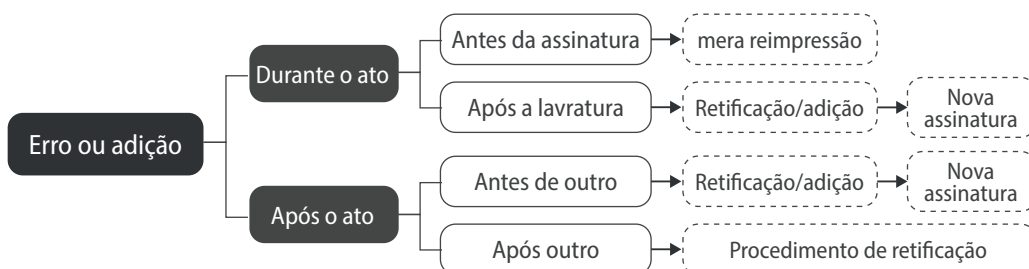
1.6.2. Termo de abertura



1.6.3. Índices



1.6.4. Erro ou adição



2. NASCIMENTO

2.1. Regime jurídico

Lei nº 1.829/1870	→ Criação da Diretoria Geral de Estatísticas.
Decreto nº 4.968/1872	→ Atribui aos cônsules brasileiros a incumbência de efetuar o registro de nascimentos, casamentos e óbitos fora do território nacional.
Decreto nº 5.604/1874	→ Regulamentou o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos.
Decreto nº 722/1890	→ Tornou obrigatório o envio dos mapas estatísticos de nascimento, casamento e óbito à Diretoria do Serviço de Estatísticas.
Decreto nº 2.887/1914	→ Permitiu o registro de nascimento sem multa e com simples requerimento.
Decreto nº 3.024/1915	→ Prorrogou o prazo da Lei 2887, referente ao registro de nascimento sem pagamento de multa.
Decreto nº 3.764/1919	→ Regulamentou o registro de nascimento mediante despachos do juiz togado e de duas testemunhas assinando o requerimento.
Decreto nº 19.425/1930	→ Ampliou o prazo para quatro meses dos registros de nascimentos ocorridos a mais de 30 quilômetros, sem comunicação ferroviária.
Decreto nº 19.710/1931	→ Obrigou o registro de nascimento (sem multas e sem justificação para registro tardio).
Decreto nº 1.116/1939	→ Anistiou o povo para registro de nascimento tardio.
Lei nº 1.929/1939	→ Prorrogou o prazo do Decreto 1116, para que o povo ainda pudesse registrar os nascimentos tardios.
Lei 6.015/1973	→ "Lei dos registros públicos", estabeleceu a obrigatoriedade do registro civil de nascimento, e multa para a inobservância.
Lei nº 10.215/2001	→ Extinguiu a imposição de multa para o registro tardio.

RCPN

2.2. O Problema do Sub-registro

